

Frontispício

ATA N.º 25

REUNIÃO:

ORDINÁRIA

ORDINÁRIA PÚBLICA

EXTRAORDINÁRIA

DATA DA REUNIÃO: Dezanove de julho de dois mil e dezoito.

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de reuniões no 3.º piso do Edifício dos Paços do Concelho.

PRESIDIU: O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.

PRESENCAS E FALTAS

- Presidente:

*António Domingos da Silva Tiago – Presente.*

- Vereadores:

*José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho – Presente.*

*Emília de Fátima Moreira dos Santos – Presente.*

*Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras – Presente.*

*Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho – Presente.*

*José António Andrade Ferreira – Presente.*

*Mário Nuno Alves de Sousa Neves – Presente.*

*Jaime Manuel da Silva Pinho – Presente.*

*Paulo Fernando de Sousa Ramalho – Presente.*

*Paula Cristina Romão Pereira – Presente.*

*Marta Moreira de Sá Peneda – Presente.*

INÍCIO DA REUNIÃO: Dezanove horas e trinta minutos.

ENCERRAMENTO: Dezoito horas.

SECRETARIOU A REUNIÃO: Dra. Alexandra Maria de Carvalho Pereira.

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS: A ordem da própria agenda.

PRESTOU COLABORAÇÃO TÉCNICA:-----



PONTO N.º	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
1	- <u>Intervenção do público nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.</u>	1, 1.1, 1.2, 1A a 1C	<p>Intervenção dos munícipes Senhora Maria de Fátima Teixeira do Carmo e Senhor Carlos Alexandre Tavares do Carmo a solicitar apoio na resolução do seu pedido de habitação social.</p> <p><b><u>Intervenções:</u></b></p> <p>1) Exm.os(as) Senhores(as) Vereadores(as):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho;</li> <li>- Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho.</li> </ul> <p>2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p>
2	- <u>Período de Antes da Ordem do Dia.</u>	2, 2.1 a 2.13, 2.13A a 2.13C	<p><b><u>Intervenções:</u></b></p> <p>1) Exm.os(as) Senhores(as) Vereadores(as):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dr. Jaime Manuel da Silva Pinho;</li> <li>- Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho;</li> <li>- Eng.ª Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras;</li> <li>- Prof.ª Doutora Paula Cristina Romão Pereira;</li> <li>- Doutor Mário Nuno de Sousa Neves;</li> <li>- Dra. Emília de Fátima Moreira dos Santos;</li> <li>- Dr. José António Andrade Ferreira.</li> </ul>

Data: 16 JUL 2018  
Fl. B

PONTO N.º	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
3	- <u>Ratificação das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração dos S.M.A.S. da Maia.</u>	3 e 3.1	<p>2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p> <p>3) Apresentação de Declaração de Protesto – Análise da resposta do Presidente da Câmara Municipal da Maia à Declaração de Voto sobre as Contas Consolidadas de 2017 dos Vereadores da Coligação “Um Novo Começo”.</p> <p>4) Prestação de esclarecimentos de natureza técnica pela Dr.ª Alexandra Carvalho.</p> <p>Ratificação das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração dos S.M.A.S. da Maia, por unanimidade.</p> <p><b><u>Intervenções:</u></b></p> <p>1) Exmo Senhor Vereador Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho;</p> <p>2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago;</p>
4	- <u>Atribuição de subsídios ao Grupo Regional de Moreira da Maia, para participação no 49.º Festival de Folclore IFF – Liptal, na República Checa e organização do Folkfest 2018”.</u>  Proposta n.º 29 034/18, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves.	4, 4A e 4B	Aprovação da proposta, por unanimidade.

Data: 16 JUL 2018  
Fl. C

<b>PONTO N.º</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>PÁGINA</b>	<b>RESOLUÇÃO</b>
5	<p>- <u>MDPT – Maia Cidade do Desporto 2018: Atribuição de um subsídio a título excecional, ao Golf Club Atlântico, no valor de 1500,00 Euros, tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara na organização do “Torneio de Golfe da Maia Cidade do Desporto”.</u></p> <p>Proposta n.º 30 264/18, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p>	5, 5A a 5C	<p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p> <p><b><u>Intervenções:</u></b></p> <p>1) Exmo Senhor Vereador Dr. Jaime Manuel da Silva Pinho;</p> <p>2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p>
6	<p>- <u>MDPT – Maia Cidade do Desporto 2018: atribuição de um subsídio a título excecional, ao Maia Atlético Clube, no valor de 10 000,00 Euros, tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara na realização da 4.ª Edição do “Meeting Maia Cidade do Desporto 2018”.</u></p> <p>Proposta n.º 30 264/18, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p>	6, 6A a 6C	<p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p>
7	<p>- <u>Celebração de Contrato Programa entre a Câmara Municipal da Maia e a Freguesia de S. Pedro Fins, tendo em vista a comparticipação financeira desta Câmara Municipal nos encargos da Junta de Freguesia de S. Pedro de Fins com o equipamento da cozinha do espaço de convívio.</u></p> <p>Proposta n.º 29 047/18, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho.</p>	7, 7A a 7H	<p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p>

Data: 16 JUL 2018  
Fl. D

<i>PONTO N.º</i>	<i>ASSUNTO</i>	<i>PÁGINA</i>	<i>RESOLUÇÃO</i>
8	<p>- <u>Alteração de posturas de trânsito na Rua das Escolas e envolventes à Escola EB1/JI Monte das Cruzes, na freguesia de Milheirós.</u></p> <p>Proposta n.º 28 701/18, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p>	8, 8A a 8E	<p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p> <p>Apresentação à Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.</p>
9	<p>- <u>Processo de vistoria de salubridade.</u></p> <p>Processo n.º 01/18.</p>	9, 9A a 9H	<p>Aprovação da realização das ações corretivas/arranjos das deficiências enunciadas no auto, por unanimidade.</p>
10	<p>- <u>Autos de eliminação.</u></p> <p>Informação n.º 28 309/18, elaborada pelo Técnico Superior, Dr. Carlos Miguel da Costa Pereira de Sousa.</p>	10, 10A a 10CO	<p>Aprovação dos autos de eliminação, por unanimidade.</p>
11	<p>- <u>“Construção do pavilhão gimnodesportivo de Pedrouços, incluindo a elaboração dos necessários projetos, na freguesia de Pedrouços”.</u></p> <p>Prorrogação de prazo.</p> <p>Plano de trabalhos, plano de pagamentos e cronograma financeiro.</p>	11, 11.1, 11A a 11G	<p>Aprovação da prorrogação de prazo, plano de trabalhos, plano de pagamentos e cronograma financeiro, por maioria, esta em consequência do voto contra da Coligação “Um Novo Começo”.</p> <p><b>Intervenções:</b></p> <p>1) Exm.os(as) Senhores(as) Vereadores(as):</p> <p>- Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho;</p>

Data: 16 JUL 2018  
Fl. E



PONTO N.º	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
12	<p>- <u>Projeto de Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação Social do município da Maia – consulta pública.</u></p> <p>Proposta n.º 31 953/18, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho.</p>	12, 12A a 12AQ	<p>- Eng.ª Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras.</p> <p>2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p> <p>Aprovação da proposta, por unanimidade.</p> <p><b>Intervenções:</b></p> <p>1) Exm.os(as) Senhores(as) Vereadores(as):</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho;</li><li>- Dr. José António Andrade Ferreira.</li></ul> <p>2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.</p>
13	<p>- <u>Processos de construção.</u></p> <p>Armando Vieira de Aguiar.</p>	13, 13A a 13C	<p>Aprovação com vista ao cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE, averbamento ao alvará de loteamento e deferimento do projeto de arquitetura, por unanimidade.</p>
14	<p>- <u>Auto de avaliação de uma parcela de terreno, integrado no processo registado sob o n.º 4136/17, em nome de Asterisco Abstrato Imobiliária, Lda..</u></p>	14, 14A a 14E	<p>Aprovação do auto de avaliação e posteriormente, celebração de escritura notarial, por unanimidade.</p>

Data: 16 JUL 2018  
Fl. F

PONTO N.º	ASSUNTO	PÁGINA	RESOLUÇÃO
15	- <u>Auto de avaliação de uma parcela de terreno, integrado no processo registado sob o n.º 490/18, em nome de Maria Luísa da Silva Cavadas Marques.</u>	15, 15A a 15O	<b>Intervenções:</b> 1) Exmo Senhor Vereador Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho;  2) Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago.  Aprovação do auto de avaliação e posteriormente, celebração de escritura notarial, por unanimidade.
16	- <u>Atribuição de um subsídio ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Empresas Municipais, para fazer face aos encargos com o Super Piquenique do Funcionário 2018.</u>  Proposta n.º 31 399/18, subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Dra. Ana Miguel Vieira de Carvalho.	16, 16A a 16C	Aprovação da proposta, por unanimidade.
17	- <u>Complexo Municipal de Piscinas de Folgosa.</u>  Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	17, 17A a 17C	Tomado conhecimento.
18	- <u>Complexo Municipal de Ginástica.</u>  Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	18, 18C a 18C	Tomado conhecimento.

Data: 16 JUL 2018  
Fl. G

<b>PONTO Nº.</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>PÁGINA</b>	<b>RESOLUÇÃO</b>
19	- <u>Complexo Municipal de Tênis.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	19, 19C a 19C	Tomado conhecimento.
20	- <u>Posto de Atendimento de Águas Santas.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	20, 20A a 20C	Tomado conhecimento.
21	- <u>Posto de Atendimento do Fórum da Maia.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	21, 21A a 21C	Tomado conhecimento.
22	- <u>Posto de Atendimento do Maia Welcome Center.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	22, 22A a 22C	Tomado conhecimento.
23	- <u>Posto de Atendimento da Biblioteca.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	23, 23A a 23C	Tomado conhecimento.
24	- <u>Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	24, 24A a 24C	Tomado conhecimento.
25	- <u>Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	25, 25A a 25C	Tomado conhecimento.



Data: 16 JUL 2018  
Fl. H

<b>PONTO Nº</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>PÁGINA</b>	<b>RESOLUÇÃO</b>
26	- <u>Posto de Atendimento do Complexo Ambiental da Quinta da Gruta.</u> Relatório e Balanço aos Postos de Cobrança Externos.	26, 26A a 26C	Tomado conhecimento.
27	- <u>Fundos Disponíveis – ano 2018.</u> 1. <u>Controlo da utilização durante o mês de junho, dos fundos disponíveis apurados para o período de junho a novembro de 2018;</u> 2. <u>Apuramento do valor dos fundos disponíveis para o período de julho a dezembro de 2018, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, na sua redação atual.</u> Informação n.º 30 336/18, elaborada pelo Técnico Superior, Dr. Vítor Ferreira.	27, 27A a 27L	Tomado conhecimento.
28	- <u>Resumo Diário da Tesouraria.</u>	28	Tomado conhecimento.
29	- <u>Comunicação dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de junho de 2018, em cumprimento do disposto nos artigos 58.º a 61.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro).</u> Informação n.º 32 068/18, elaborada pela Chefe de Divisão de Finanças e Património.	29, 29A a 29F	Tomado conhecimento.

Data: 18 / 07 / 16

Fl. ( 1

PONTO N.º 1

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO NOS  
TERMOS DO N.º 6 DO ARTIGO 49.º DA  
LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.--**

-----Presente as inscrições feitas para a intervenção do público nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

- Rumyana Ormanlieva, moradora na Rua Augusto Simões, 410 – Casa 8 – pedido de habitação social;-----

- Maria de Fátima Teixeira do Carmo, moradora na Rua Manuel da Silva Cruz, 744 - pedido de habitação social;-----


- Carlos Alexandre Tavares do Carmo, morador na Rua Augusto Simões, 410 – Casa 8 – pedido de habitação social.-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra às pessoas que se tinham inscrito para falar na reunião de Câmara, tendo a Senhora Maria de Fátima Teixeira do Carmo, residente na Rua Manuel da Silva Cruz, 744, na freguesia de Nogueira e Silva Escura, dito que tinha uma habitação há dezanove anos e que achava que era uma vergonha para a Maia, saber que existiam pessoas que vieram para o Concelho depois dela, e que já tinham casa da Câmara.-----

-----Mais referiu a interveniente que a casa dela estava completamente a ruir e que já tinha pedido à Senhora Vereadora uma solução para o seu caso, a qual que lhe disse que, naquele momento, não a podia ajudar, mas que escreveu numa ficha que alguém iria visitar a casa onde residia.-----

-----Acrescentou que a sua filha já tinha completado cinco anos, e que até àquela data ainda lá não tinha aparecido ninguém, referindo que tem vindo a apresentar diversos documentos do médico de família, pois a filha sofre de uma infeção pulmonar há cerca de três anos atrás, e que tinha pedido novamente para falar com a Senhora Vereadora, nunca lhe tendo sido dado uma resposta, pelo que pediu uma reunião com o Senhor Presidente para saber o que é que se passava com o seu processo.--

  
Data: 18 / 07 / 16

Fl. ( 1.1 ) 

-----Mais referiu a munícipe que achava que não seria bonito para a Câmara da Maia as pessoas verem, através da comunicação social, como é que ela vivia com os seus três filhos, acrescentando que se o antigo Presidente da Câmara, José Vieira de Carvalho fosse vivo, não admitiria uma situação destas, tendo sido ele quem entregou a casa aos pais dela, de chave na mão.-----

-----O Senhor Presidente afirmou ter tomado nota do problema e que iria ver o que é que se estava a passar, e que depois, ele próprio e a Senhora Vereadora, fariam com a munícipe sobre o seu caso.-----

-----O Senhor Presidente deu ainda a palavra ao Senhor Carlos Alexandre Tavares do Carmo, o qual referiu que teve recentemente uma visita de duas assistentes sociais, e que continuava à espera da ajuda da Câmara Municipal para a resolução do seu caso.-----

-----O Senhor Presidente respondeu dizendo que o caso do munícipe estava identificado, estava analisado e que assim que tivessem uma solução para o problema iriam tentar ajudá-lo.-----

-----O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, afirmando que gostaria de ver a situação dos casos em apreço, tendo o Senhor Presidente dito que somente após conversa com a Senhora Vereadora poderia exprimir opinião.-----

-----O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho insistiu na questão apresentada pelo munícipe Carlos Alexandre, referindo que o munícipe já aqui tinha vindo uma série de vezes e que gostaria de saber como é que estava o processo.-----

-----A Senhora Vereadora Ana Miguel Vieira de Carvalho referiu que o caso estava devidamente assinalado, que estava a ser estudado e que estava a aguardar oportunidade para ser resolvido.-----

-----Mais acrescentou a Senhora Vereadora que isso já tinha sido dito ao munícipe, referindo ainda que a Câmara não estava a construir novas habitações, lidando com os casos que se iam sucedendo e que aquele não era o local

Data: 18 / 07 / 16

Fl. ( 1.2)

próprio para saber do ponto de situação dos respetivos processos, mas antes na empresa Espaço Municipal, juntamente com os respetivos técnicos.-----

Data: 18 / 07 / 16

Fl. ( 2 )

PONTO N.º 2

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.---

-----O Senhor Vereador José António Andrade Ferreira interveio, afirmando que gostava de falar sobre a criação na Maia de uma unidade de cuidados continuados, referindo que a carência de cuidados continuados era enorme no País todo, sendo dezenas de milhares de camas que eram necessárias, e que o concelho da Maia não era exceção.-----


-----Acrescentou o Senhor Vereador que existiam casos dramáticos, referindo o exemplo de um doente que foi transferido para Esposende, implicando largos custos pessoais e familiares, e que, obviamente, esta medida fazia parte do programa eleitoral da Coligação “Um Novo Começo”, e que assim só se podiam congratular com a vinda desta unidade de cuidados continuados para o concelho da Maia.-----

-----Referiu ainda o Senhor Vereador que registava com agrado que tivessem conseguido um número, ainda que simbólico, de camas para os cidadãos maiatos, mas que também não podia deixar de registar que esta decisão era uma inflexão, no que foi o percurso da Maia nos últimos anos, sendo que o Concelho teve a oportunidade de ter unidades de cuidados continuados, e que, nessa altura, deixaram passar a oportunidade.-----

-----Acrescentou o Senhor Vereador que registavam com agrado esta decisão e registavam também aquela inflexão, sendo certo que as suas propostas também influenciaram aquela inflexão, na política do Concelho neste âmbito, pois este assunto era muito importante para as famílias maiatas que careciam desta unidade de cuidados continuados, que tinham doentes graves que necessitavam de acompanhamento familiar.

-----A Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras interveio, referindo que muito poucos munícipes vinham a estas reuniões públicas apresentar, quer sugestões quer colocar as suas preocupações, o que já várias vezes aqui o tinha referido, e que aquilo demonstrava que havia um largo trabalho a fazer junto da população da Maia, para incentivar as pessoas a uma participação cívica mais assertiva.-----

  
Data: 18 / 07 / 16

Fl. ( 2.1 ) 

-----Acrescentou a Senhor Vereadora que também não podia deixar de registrar que, muitas vezes, a forma sobranceira com que o Senhor Presidente se dirigia aos munícipes também não os incentivava a voltarem e a quererem participar.----


-----Assim, as pessoas que aqui vêm, muitas das vezes estão em situações desesperadas e todos tinham essa percepção, e a partir do momento em que as pessoas se inscreviam para virem aqui colocar as suas questões e exporem muitas vezes a sua situação mais particular e do foro pessoal, considerava que o mínimo que aqueles que foram eleitos pela população era preparar devidamente os processos das pessoas, antes de aqui virem, e terem mais alguma informação para lhes dar.-----

-----Acrescentou a Senhora Vereadora que assistiram ali a casos e ou se dizia claramente à pessoa que não reunia condições, por esta ou por aquela razão, e geria-se desta forma as expetativas das pessoas, ou não era com respostas lacónicas que iriam ultrapassar os problemas, pois era certo que as pessoas não tinham a clarividência necessária para procurarem outras alternativas.-----

-----Mais referiu a Senhora Vereadora, que achava que o mínimo que se podia dizer a estas pessoas era qual o seu número na ordem da lista de espera, qual a sua vez e quais as expectativas que existiam e não empurrarem os assuntos daquela forma, devendo-se trazer o processo estudado para a reunião de Câmara.-----


-----Proseguiu a Senhora Vereadora a sua intervenção, referindo ainda que tinha ocorrido um caos autêntico ao nível da gestão informática da Autarquia, e que já por diversas vezes, ali tinha sido referido que poderiam, mesmo para as reuniões de câmara, ter outros equipamentos, outra forma mais ágil, mais digital, para poderem ter as suas decisões, etc..-----

-----Mais referiu que ainda estavam da mesma forma, com os papéis à frente e que o processo que tinha de acesso à extranet estava, desde há alguns meses, com algumas deficiências e que nas últimas duas semanas, quer em termos de hardware ou em termos de software, algo de grave se tinha passado com as questões informáticas da Câmara.-----



Data: 18 / 07 / 16

Fl. ( 2.2 )



-----Assim, perguntava qual era o plano de emergência que tinham delineado e quando é que esta situação iria ser ultrapassada e que medidas estavam a ser tomadas.-----

-----Acrescentou a Senhora Vereadora que só tiveram acesso aos documentos quando o técnico de informática lhes disponibilizou o link de acesso, e que era preciso conhecerem as medidas que se estavam a encetar, para ultrapassar esta situação.-----

-----Mais referiu a Senhora Vereadora a situação extremamente grave que colocou em causa o cumprimento de prazos legais, em virtude de um ataque informático ao parque informático da empresa Espaço Municipal, e que lamentavam que não tivesse sido acompanhado por uma queixa à PSP, sendo certo que este assunto já se vinha a repetir há demasiados meses, existindo uma fragilidade no sistema que era preciso colmatar.-----

-----Relativamente às questões de intervenções do público o Senhor Presidente referiu que todos os dias, durante décadas, desenvolveu o seu trabalho no sentido de ajudar as pessoas, criando condições para que momentos como aquele, que são dos mais significativos da democracia, fossem vividos com a maior das normalidades, não reconhecendo veracidade nas palavras da Senhora Vereadora até porque não tinha que receber ensinamentos de ninguém sobre questões de democraticidade.-----


-----Acrescentou o Senhor Presidente que aquilo que tenta fazer é que os assuntos sejam sinalizados, sejam analisados e depois no sítio certo sejam resolvidos, com zelo e com normalidade.-----

-----Quanto à questão da informática, o Senhor Vereador Mário Nuno Neves informou que os serviços informáticos, no dia 13 de julho, em virtude de uma intervenção urgente e inadiável nos circuitos de acesso à internet, agendada por um conjunto de parceiros externos da Autarquia para aquele dia, e perante a possibilidade remota de não haver acesso à plataforma informática, tinha sido criado um acesso alternativo para a distribuição da resenha, devido àquelas operações dos parceiros externos, não sendo verdadeira a realidade que a Senhora Vereadora descrevia sobre os serviços informáticos.--



Data: 18 / 07 / 16

Fl. ( 2.3 )



-----Acrescentou o Senhor Vereador que, em relação a ataques informáticos, concordava que estavam sujeitos a isso como qualquer outra entidade, e referiu também que tinham investido regularmente nas questões de segurança informática, sendo certo que ninguém podia evitar ataques informáticos.-----

-----A Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras respondeu, afirmando que deduzia das palavras do Senhor Vereador que não existia nenhum plano para as emergências que tinha delineado e assim perguntava quando é que esta situação iria ser ultrapassada e que medidas estavam a ser tomadas, referindo ainda que o discurso do Senhor Vereador não introduzia nenhuma contradição aquilo que tinha dito, porque os documentos não estiveram disponíveis no período legal de disponibilização, pois no dia 13 já estavam fora de prazo, e que mesmo assim os Senhores Vereadores estavam ali, registando mais uma vez a sobrançeria do Senhor Vereador nas suas respostas.-----

-----O Senhor Vereador Mário Nuno Neves referiu que, em matéria de informática, vivemos em tempos muito complexos, pois os problemas podiam surgir a qualquer momento mas que a existência desses problemas não significava que todo o registo da operação informática não fosse ignorado, sendo certo que as questões informáticas, em função da sua duração, era muito curta, pois o que hoje era atual daqui a um mês estava desatualizado.-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra à secretária da reunião, Alexandra Carvalho, a qual referiu que a resenha tinha sido disponibilizada na quinta-feira, dia 12 de julho, pelas 15 horas, e que perante a possibilidade de o acesso poder estar prejudicado, a título preventivo, foi solicitado aos serviços de informática que disponibilizassem uma forma alternativa de acesso, forma essa que foi comunicada na sexta-feira, dia 13, pelas 13 horas, de forma a salvaguardar que, no início da tarde, se houvesse problemas de acesso, os Senhores Vereadores não teriam dificuldade de aceder a esses documentos.-----

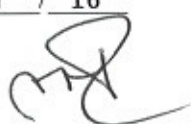
-----Mais referiu que teve o cuidado de tentar aceder aos documentos e que conseguiu aceder na própria quinta-feira, considerando os problemas que tinham sido identificados e que ela própria acedeu em vários pontos e conseguiu.--





Data: 18 / 07 / 16

Fl. ( 2.4 )





-----Acrescentou que no dia seguinte, foi confrontada com a emissão do e-mail para o global, e tentando antecipar um eventual problema, perguntou se existiam problemas na extranet, partilhando este pensamento com os serviços informáticos e tendo em vista antecipar uma eventual dificuldade no acesso aos documentos, foi criado um acesso alternativo, porque não havia a possibilidade de se adiar tecnicamente aquela intervenção, devidamente programada por serviços externos da Autarquia e que era de difícil concertação entre as partes.-----

-----O Senhor Vereador José António Andrade Ferreira referiu que apenas ele e a Senhora Vereadora Sandra Vasconcelos Lameiras estavam a aceder por via informática à resenha e documentos anexos das reuniões de Câmara, e que não tiveram acesso aos documentos na quinta-feira, coisa que só sucedeu quando lhes foi dado o acesso alternativo, na sexta-feira, dia 13 de julho.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão interveio, referindo que, na sexta-feira, à hora do almoço, tentou aceder aos documentos, não o conseguindo, e que ao fim de duas horas de tentativas de acesso, ligou para as secretárias da vereação, tendo estas informado a Senhora Vereadora da publicação desse e-mail, situação que estranhou porque se não conseguia ter acesso ao e-mail, como iria ter acesso ao e-mail que lhes dava o acesso alternativo.-----

-----Mais referiu a Senhora Vereadora que as secretárias reencaminharam-lhe o e-mail, pois não tinha acesso nem à extranet nem ao e-mail da Câmara, e que assim só naquela data, à hora do almoço, é que conseguiu resolver o problema.-----

-----A secretária da reunião, Alexandra carvalho, informou que o e-mail tinha sido dirigido aos Senhores Vereadores, retratando todas as diligências técnicas que os serviços tinham levado a cabo, no sentido de resolver o problema de acesso por parte dos Senhores Vereadores, tendo ela pessoalmente validado que o acesso estava disponibilizado, tendo feito uma ou duas experiências em áreas diferentes de acesso, e que verificou que tudo estava disponível.-----

  
Data: 18 / 07 / 16 

Fl. ( 2.5 )

-----O Senhor Vereador Mário Nuno Neves afirmou que iria averiguar o que é que se tinha passado com os sistemas informáticos.-----

-----O Senhor Vereador Jaime Silva Pinho interveio, referindo que estavam em período de férias escolares e que sabia que tinham sido tomadas iniciativas ao longo do ano, para o apoio alimentar aos meninos mais carenciados, e assim gostava de saber se esse apoio se mantinha agora, no período das férias, se as cantinas escolares iriam funcionar para apoiar aquelas crianças mais carenciadas.-----

-----Apresentou ainda o Senhor Vereador um segundo assunto, referindo que desde há alguns anos a esta parte que era cliente das férias desportivas, relativamente a um dos seus filhos.-----

-----Acrescentou que era uma situação fantástica, que custava 280 euros por mês, perguntando o que é que a Câmara Municipal disponibilizava aos meninos, cujos pais não podiam pagar os 280 euros por mês, percebendo que havia custos associados à realização das férias desportivas, mas também percebendo que isso não podia ser condição para que não fossem todos tratados da mesma forma, em termos de oportunidades.-----


-----Mais referiu o Senhor Vereador, que viu no jornal que havia a possibilidade de o campo de Barca poder vir a ser relvado, se a propriedade do mesmo fosse transferida para a Câmara Municipal, situação que estranhava, pois, do seu conhecimento, aquele campo era da Junta de Freguesia de Barca e depois terá sido, eventualmente, passado para o Clube Desportivo de Barca, mas que desconhecia esta situação.-----

-----Referiu ainda que no mesmo jornal, viu que se tinha procedido ao encerramento da temporada dos Pequenos Cantores da Maia, e assim levantava a questão acerca do que é que eram os Pequenos Cantores da Maia, se eram uma divisão municipal, um serviço municipal, o que é que eram os Pequenos Cantores da Maia.

-----Referiu que gostaria de saber a resposta a estas questões, pois havia com certeza uma estrutura, havia um custo associado a essa estrutura e os custos públicos tinham sempre de ser associados em igualdade de oportunidades.---



Data: 18 / 07 / 16

Fl. ( 2.6 ) 

-----Prosseguindo a sua intervenção, falou sobre a situação do Provedor do Município, perguntando se tinham ou não tinham um Provedor do Município, pois se tinham, em que condições é que tinham, porque da documentação disponível relativamente a todo este processo do provedor, o Senhor Vereador já tinha lido várias situações diferenciadas, e uma das coisas que tinha percebido é que o assunto nunca tinha sido apreciado pela Assembleia Municipal, tendo sido sempre retirado das agendas da Assembleia Municipal.-----


-----Mais referiu o Senhor Vereador que tinha visto no mesmo jornal, que havia uma preocupação muito grande, por parte de um partido que fazia parte da coligação maioritária do Executivo, ao desemprego, opinião expressa por um Senhor chamado Manuel Oliveira, que era o Presidente da Comissão Política Concelhia do CDS.-----

-----Assim, gostava o Senhor Vereador de saber se era verdade o que se falava e comentava lá fora, pois aquele Senhor tinha resolvido o problema de desemprego dele e trabalhava na empresa Espaço Municipal, perguntando em que circunstâncias é que este Senhor trabalhava para a empresa municipal.-----

-----Finalmente, falou o Senhor Vereador de uma declaração acerca da declaração de voto dos Senhores Vereadores da Coligação "Um Novo Começo", referindo que uma declaração de voto era uma declaração legal, que assistia a qualquer participante de uma reunião ou de uma assembleia, para justificar o seu sentido de voto.-----

-----Mais referiu que aquela declaração era um insulto, não acreditando que o Senhor Presidente tivesse escrito uma coisa daquelas, e provavelmente a pessoa a quem incumbiu a escrita era um ignorante, pois quando ali dizia que o Senhor Vereador tinha uma estranha aversão à vida autárquica, referiu que tinha sido oito anos Presidente de Junta, oito anos Presidente da Assembleia de Freguesia, doze anos deputado municipal, quatro anos assessor do Senhor Presidente da Câmara e era agora Vereador, e se houvesse alguém na Maia que tivesse um currículo autárquico como o dele, que se apre-

  
Data: 18 / 07 / 16

Fl. (2.7 ) 

sentasse, dizendo que estava nervoso porque aquilo tinha-o ofendido e ofendido profundamente.-----

-----Mais acrescentou que havia uma coisa que não era discutível, nem ali nem em lado nenhum, que era a liberdade e a democracia, e que assim iriam entregar uma declaração, ficando bem claro que não aceitava uma coisa daquelas e que esperava que o Senhor Presidente, lendo aquilo que assinou mas que não escreveu, lhe pedisse desculpas, porque tudo o que ali estava escrito era um chorrilho de inverdades, mal-educada e que não respeitava os sentidos primários e mais básicos da democracia.-----

-----O Senhor Vereador José António Andrade Ferreira interveio, referindo que este assunto era particularmente grave e que gostava de dizer que partilhava em absoluto da indignação do Senhor Vereador Jaime Pinho, achando que os termos e a forma indelicada em como se dirigia naquele documento era imprópria e desrespeitosa, e gostaria também de acrescentar que admitia que a secretária da reunião, Alexandra carvalho, tivesse feito aquele parecer técnico para lhe dar argumentos para a resposta a enviar, mas que não tinha sido isso que fez, enviando o documento tal e qual ela lho enviou, arrastando a secretária da reunião, Alexandra Carvalho, para um patamar que não era o dela, pois estava ali como técnica e não tinha que intervir nas questões de divergência política.-----

-----Perguntou assim o Senhor Vereador, se a secretária da reunião, Alexandra Carvalho, depois de ser arrastada para este patamar, tinha condições para continuar a assessorar as reuniões de Câmara.-----


-----O Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho interveio, referindo que em relação às casas de renda social, nos últimos quinze anos não tinha havido nenhuma grande obra dessas, tendo o Senhor Presidente referido que tinha sido, ele próprio, em tempo, o grande mentor da habitação social que hoje se vê na Maia, pedindo ao Senhor Vereador José Francisco Vieira de Carvalho que quando falasse dissesse a verdade.-----

-----O Senhor Vereador José Francisco Viera de Carvalho disse ao Senhor Presidente que o tinha ouvido com atenção e que não o tinha interrompido, e que, por isso mesmo, exigia respeito ao Senhor Presidente.-----



Data: 18 / 07 / 16

Fl. ( 2.8 )



-----Em relação à net o Senhor Vereador afirmou que era uma vergonha, pois tinha enviado um email da Câmara, que demorou dois dias a chegar ao seu destino, tendo cinco técnicos da Câmara falado com o Senhor Vereador e dito que lamentavam o que de errado se estava a passar, referindo ainda que também tinham problemas e tiveram a decência e a humildade em reconhecer o problema que estava a acontecer, não sendo os Senhores Vereadores um conjunto de tolos que ali estavam a receber lições de tolos a dizer que a net estava bem.-----

-----Em relação a um documento que lhes foi entregue, apresentou um documento assinado por todos os Senhores Vereadores, dizendo que o desespero era muito, que o resultado oficial deu àquela data a vantagem que todos conheciam, e que todos sabiam que os resultados eleitorais entre as duas coligações era praticamente um empate técnico, tendo a Coligação “Um Novo Começo” atingido a maior votação que alguma vez aconteceu na Maia.-----

-----Mais referiu o Senhor Vereador que o resultado ainda estava a ser visto, pois o Ministério Público ainda estava a ouvir inúmeras pessoas, desconhecendo o Senhor Vereador que o caso era assim tão grande, com tantas pessoas a serem ouvidas, e referindo ainda que existiam técnicos da Câmara envolvidos na questão, que mais à frente se iria ver.-----

-----Prosseguiu o Senhor Vereador, afirmando que em relação à carta do Presidente, que era uma carta a solo, em que os outros Senhores Vereadores da Coligação não assinaram, com um texto técnico que o Senhor Vereador leu inúmeras vezes para tentar perceber se os técnicos se estavam a meter naquilo ou não, tendo sido a primeira vez que ouviu que a Câmara tinha uma ação do Estado, neste caso das Finanças, que já vai neste momento em 6,8 milhões de euros, questão essa que tinha sido ali levantada, há cerca de um mês atrás, e nada tinha sido dito.-----

-----O Senhor Presidente referiu ao Senhor Vereador que estava a prolongar em demasia a sua intervenção, salientando que estava a ultrapassar os três minutos que o regimento estipula como máximo para cada um se pronunciar.-----

  
Data: 18 / 07 / 16

Fl. ( 2.9 )

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão interveio, dizendo que o regimento não estipulava nenhuma questão de minutos para cada Senhor Vereador, mas sim trinta minutos para todos, tendo o Senhor Presidente respondido que os Senhores Vereadores da Coligação “Um Novo Começo” já tinham gasto muito tempo com aquelas questões todas e se dividissem os trinta minutos por onze eleitos, dava menos de três minutos a cada um.-----

-----A Senhora Vereadora Paula Cristina Romão interveio, dizendo que não era assim o pensamento do que estava escrito no regimento, afirmando que era impensável que o Senhor Presidente quisesse dar três minutos a cada um dos Senhores Vereadores, quando quase metade das pessoas do Concelho votaram nos Senhores Vereadores da Coligação “Um Novo Começo”, e que as regras do bom senso deveriam impedir, salientando ainda que o regimento interno tinha sido votado, exclusivamente, pelos Senhores Vereadores da coligação maioritária.-----

-----O Senhor Presidente afirmou que eram as regras da democracia, dizendo que o regimento expressava que eram trinta minutos e que, sendo a Câmara composta por onze elementos, tal significava menos de três minutos atribuível a cada um. As regras são para serem cumpridas e que quem tinha a maioria na Câmara era a Coligação “Maia em Primeiro”.-----

-----De seguida, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vereadora Emília Santos, para falar sobre as questões abordadas pelo Senhor Vereador Jaime Silva Pinho sobre as férias desportivas e as refeições escolares.-----

-----A Senhora Vereadora afirmou que, no que dizia respeito às refeições escolares no período de férias, informava que as cantinas encerravam no mês de agosto, e que naquele momento estavam a ser fornecidas cerca de 1600 refeições por dia, e também estavam com férias educativas em julho e que os valores rondavam entre os cinco euros semanais e o limite máximo de vinte e cinco euros por semana, sendo que todas as crianças tinham direito a férias, a frequentar a praia no período da manhã e à tarde iam a visitas ao Museu Soares dos Reis, visitas ao Jardim de Serralves e também ao Palácio de Cristal.-----